



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

ASSOMISE **Jornal da Cidade - 24/07/2015**

MP e polícia fazem busca e apreensão em associação

O Ministério Público Estadual e a Polícia Civil cumpriram ontem mandados de busca e apreensão na sede da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Sergipe (Assomise), entidade que recebeu R\$ 844 mil em verbas de subvenção, por indicação do deputado estadual Samuel Alves (PSL). A operação também se deu na residência do presidente da instituição, o major Adriano Reis. Foram apreendidos vários documentos e computadores. Os promotores Jarbas Adelino, Bruno Melo e Henrique Ribeiro comandaram os trabalhos.

Em coletiva realizada ontem após a ação policial, os representantes do MPE disseram que três funcionários da Assomise (Jorge Luiz, Rivaldo Dória e Carlos Santos) sacaram cheques com valores elevados.

As quantias variaram entre R\$ 150 mil e R\$ 200 mil, cada um.

Segundo eles, dois destes servidores já foram demitidos e o único que permanece contratado não foi localizado durante o cumprimento dos mandados judiciais. O MP justificou as buscas em decorrência da ausência de prestação de contas.

Segundo os promotores, por três vezes o presidente da entidade solicitou a ampliação dos prazos concedidos pelo MPE e, mesmo assim, não apresentou os documentos solicitados nem a prestação de contas referentes às verbas que a entidade recebeu da Assembleia Legislativa no ano passado. Eles questionam ainda que a Assomise, considerada uma entidade privada, que atende a interesses restritos dos associados, seja contemplada com verbas de subvenções.

“Entendemos isso como benefício próprio na medida em que o deputado utiliza os serviços oferecidos pela entidade”, afirmou o promotor Bruno Melo. Mas o deputado Samuel Barreto não é alvo desta investigação. De acordo com os promotores, havendo indícios de envolvimento do parlamentar em irregularidades as investigações serão conduzidas pelo procurador geral de Justiça por ser o deputado beneficiado pelo foro privilegiado de função e responderá ao processo no Tribunal de Justiça.

Os documentos e máquinas apreendidos foram encaminhados para o laboratório de lavagem de dinheiro da Secretaria de Estado da Segurança Pública, onde serão analisados. “Estamos seguindo o dinheiro, é um trabalho lento que deve demorar uns dois anos pelo menos. Nós

vamos fazer um pente fino nestas contas”, afirmou o promotor Henrique Ribeiro.

Major

O presidente da associação, Adriano Reis, disse estar tranquilo: “O Dr. Henrique e os policiais civis foram muito educados. As buscas e apreensões estão acontecendo com prisões, mas eu estou tranquilo, pois já entreguei quase cem quilos de documentos ao Terceiro Setor do Ministério Público Estadual, o balancete todo da associação, os 12 meses de 2014 que foi o ano da subvenção”, ressalta.

Adriano rebateu a acusação do MP de que a associação não desempenha papel social. “Patrocinamos o desporto. Cedemos o nosso espaço para a comunidade. Instalamos o projeto Brigada Mirim da Assomise, que está atendendo quase 30 crianças”, disse.